

## Maternidades: convite para um olhar não hegemônico<sup>5</sup>

Tanto na contemporaneidade quanto em diferentes momentos históricos, ou em culturas distintas, são encontradas experiências diversas de maternidades que vão além do modelo tradicional, aquele vinculado à família nuclear. A exclusividade de tal modelo, apresentado no ocidente como o único possível para a procriação, é contestada na prática pela existência de maternidades minoritárias ou invisibilizadas: monoparentalidade; homoparentalidade; circulação de crianças<sup>6</sup>; adoção; outras formas de parentesco simbólico; entre outros que transcendem, ampliam ou transgridem os modelos hegemônicos de maternidade; ou ainda maternidades oriundas de novas técnicas reprodutivas (Imaz & Grossi, 2010) que possibilitarão diferentes laços de parentesco, inclusive a dupla maternidade, exercida por casais de mulheres homossexuais, em que a mãe biológica e sua companheira planejam e criam conjuntamente seus filhos.

Inserida num modelo tradicional de maternidade, encontra-se uma determinada concepção do que é ser mãe: terna, aconchegante, dedicada, amorosa, equilibrada, devotada e executora das tarefas que competem a sua função com destreza, prazer, felicidade e abnegação. O que garantiria o cumprimento adequado dessas atribuições seria o amor incondicional e inquestionável pelos filhos, supostamente inerente a todas as mulheres. Contudo, tal modelo foi construído socialmente e adquirirá características específicas na dependência do contexto social e cultural em que a família estiver inserida (Badinter, 1985; Almeida, 1987).

Tanto uma forma específica de exercício da maternidade quanto a própria maternidade como obrigação feminina estão em vigência, tornando muito atreladas a maternidade e a feminilidade, ainda nos dias de hoje.

A maternidade parece constituir parte central e determinante da identidade feminina. Assevera-se, implícita ou explicitamente, a existência de um instinto

---

<sup>5</sup> Apesar de sua reduzida extensão, a inclusão deste capítulo fez-se necessária pelo fato de a temática nele contida relacionar-se com questões citadas no trabalho de campo. Assim, sua inserção possibilita uma melhor articulação do tema com o material que será analisado na segunda parte (pesquisa de campo) desse estudo.

<sup>6</sup> Este termo é utilizado para indicar o deslocamento de uma criança entre uma família e outra, sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita. Esse assunto vem, há muito tempo, surgindo na reflexão antropológica (Fonseca, 2006).

materno que une a mulher de maneira inevitável à função de mãe. Assim, por natureza, a mulher se destinaria à maternidade. Seria a expectativa social tão forte que extinguiria a escolha, ou a maternidade poderia ser experimentada como opção?

Segundo Badinter (1985), os valores de uma sociedade podem ser tão dominantes que exercem pressão imensurável sobre os desejos. Uma mulher pode desejar não ser mãe, hoje em dia, exercendo sua liberdade, sem ser considerada uma enferma no que diz respeito às normas da natureza? Mistura-se determinismo social e imperativo biológico?

Segundo a referida autora, que contesta o caráter inato do sentimento materno e o fato de que ele seja partilhado por todas as mulheres, mesmo que grande parte da comunidade científica saiba que o conceito de instinto caiu em desuso, algo mais forte que a razão refere-se à maternidade como um instinto.

A “verdade” de que o instinto materno faz parte da natureza de toda e qualquer mulher “normal” é problematizado por Badinter (1985) que, para tal, recorre à história. Demonstra as circunstâncias nas quais esse mito foi construído, resgatando as relações familiares, principalmente aquelas entre mães e filhos, na Europa dos séculos XVII e XVIII. De acordo com Rocha-Coutinho (2005), a dedicação a esta relação estaria mesclada com outras tarefas e nem mesmo seria considerada como uma das principais, uma vez que as necessidades da economia pré-industrial exigiriam, tanto dos homens quanto das mulheres, uma grande dedicação à produção. Vale, contudo, ressaltar que, apesar disso, pesquisas apoiam a crença de que atitudes afetivas entre mães e filhos estariam sempre presentes em todos os períodos históricos (Cooper, 1999).

Especialistas, como médicos, filósofos, psicólogos e psicanalistas, cumprem o papel de mantenedores do modelo da mulher realizada e satisfeita somente quando mãe e/ou da maneira padrão de exercer a maternidade (Costa, 1979; Salem, 1980; Badinter, 1985; Almeida, 1987; Kitzinger, 1996). A presença de tais especialistas desempenharia a função de autoridades no dia a dia das famílias, recomendando, regulando, limitando comportamentos, falas e valores, normatizando, assim, as relações, os corpos e os sentimentos.

Estudos antropológicos de Fonseca (2006) e Lobo (2010), por sua vez, demonstram que a maternidade é desempenhada de acordo com determinada organização social, o que se contrapõe a um modelo universal de maternidade.

Na prática e no cotidiano, a maternidade exercida por uma mulher casada com um homem, que cria seus filhos concebidos biologicamente, não esgota as múltiplas maneiras de se ser mãe, nem na contemporaneidade, nem em diferentes culturas ou momentos históricos.

### **Ser mãe é...**

Fonseca (2006), em pesquisa realizada no ano de 1981, observou e descreveu o valor da circulação de crianças nas camadas populares da cidade de Porto Alegre, num bairro povoado por mendigos, papeleiros e operários da construção. O referido estudo aponta para a desconstrução das categorias naturalizadas que, em geral, são ligadas à família e, especificamente, às mães.

Na dinâmica ocorrida na circulação de crianças, por exemplo, observam-se, segundo a autora, o trânsito das mesmas entre diferentes famílias, a aquisição de novos pais e novos irmãos, não ocorrendo, necessariamente, interrupção das relações anteriores. Há um acréscimo no rol de pessoas relevantes que circundam essas crianças, incluindo a presença de novas mães, fato que não anula as que a sucederam. Percebe-se a tranquilidade com a qual os moradores locais descrevem duas, três, e até quatro mães que tiveram.

As referidas mães estão inseridas num ambiente em que a separação de um filho não é vista necessariamente como abandono, e que, mesmo prolongadas, as separações não são sinônimos de rompimento permanente de laços.

Num primeiro olhar, a situação referida acima poderia suscitar espanto, uma vez que se menciona a separação de mãe e filho. Contudo, segundo a autora, tal prática não é tão rara assim em nosso país:

Pesquisas históricas sugerem que a circulação das crianças é uma prática comum no Brasil, que, inclusive, nem sempre foi restrita às camadas mais pobres da população. Ela sofreu certamente importantes modificações desde a época colonial, pois, como todo elemento da dinâmica cultural, ela é constantemente reelaborada em função de novas circunstâncias. Contudo, planejadores, optando por conceitos eurocêntricos de família e categorias moralizantes para os pobres,

conseguiram ignorar por completo a realidade com a qual se deparavam (Fonseca, 2006, p.24).

No modelo de maternidade divulgado e reforçado por nossa sociedade, uma mãe não se separa de um filho, a menos que seja obrigada. Por isso, torna-se imprescindível a contextualização para compreendermos a não universalidade de certas visões.

Lobo (2010) demonstra a diversidade de organizações sociais e a existência de múltiplas maternidades em estudo desenvolvido com famílias em Cabo Verde. Dentre os adultos deste país, a emigração é um costume e as mulheres deixam seus filhos, por exemplo, sem o sentimento de que o abandonaram, e estes, por sua vez, não se sentem abandonados. Deixar o filho com outra pessoa, preferencialmente com a avó materna, implica a ideia de sacrifício da mãe em benefício da criança e da família, e quem fica com a criança está sendo solidário, mantendo intenso seu elo com a emigrante.

Compartilhar crianças faz parte dessa organização familiar “não como um modelo alternativo (que existe quando há um modelo ideal) ou muito menos como anomalia, é apenas outra forma de organização social. Assim como o nosso é um sistema entre tantos outros” (Lobo, 2010, p.7). A relação mãe e filho é vista como duradoura e estável na família citada, e sua análise demonstra que a maternidade não se limita a uma única mulher, inclui a avó. Quando do nascimento de uma criança, mãe e avó incumbem-se de criá-la e, para a criança, estar com a avó complementa o estar com a mãe, referindo-se à avó como “mamã” e à mãe como “mãe”.

Reafirmando-se a maternidade como categoria social, ser mãe, no grupo estudado, se inicia com o nascimento da criança e se completa quando a mãe torna-se avó. São necessárias as duas mulheres, mãe e avó, para a criação da criança, não havendo fragilização, por exemplo, da relação entre mãe e filho, e sim um fortalecimento dessas relações familiares.

No estudo citado acima, percebemos a maternidade exercida por duas mulheres de gerações diferentes, em que mãe e filha criam filho e neto, e a inexistência de laços conjugais entre elas. Já no caso das mulheres entrevistadas para o presente trabalho, as características são de maternidade exercida conjuntamente por duas mulheres, da mesma geração e com laços de

conjugalidade entre elas<sup>7</sup>. Essas maternidades, assim como outras tantas não-hegemônicas existentes, expõem as fragilidades de uma noção única do que é ser mãe e problematizam a crença de que “mãe é uma só”.

Diante do exposto, existiria mesmo um modelo de mãe? Uma só forma de ser mãe? Uma maneira padrão de criar os filhos?

As formas de ser mãe são múltiplas em diferentes tempos, locais e culturas, podendo se diversificar ainda num mesmo período de tempo, local e organização social.

---

<sup>7</sup> Esta observação foi feita por Andrea Lobo, quando da exposição do presente trabalho, ainda em desenvolvimento, no Congresso Internacional Fazendo Gênero 9, em Florianópolis, em 2010.